

UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO
PRETO JORNALISMO

FILIPPE LOCATELLI CAPELARI -
838735

COMPÊNDIO

**O JORNALISMO COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DA
CIDADANIA DA POPULAÇÃO NEGRA**

**ANALISANDO NARRATIVAS:
A representação da população negra nos jornais Folha de São Paulo e Alma Preta
Jornalismo**

RIBEIRÃO
PRETO

2025

FILIPPE LOCATELLI CAPELARI

**O JORNALISMO COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DA
CIDADANIA DA POPULAÇÃO NEGRA**

ANALISANDO NARRATIVAS:

**A representação da população negra nos jornais Folha de São Paulo e Alma Preta
Jornalismo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Ribeirão Preto como requisito
à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Guilherme Pires de Campos

**RIBEIRÃO
PRETO**

2025

Lista de Ilustrações

Ilustração 1	26
Ilustração 2	30
Ilustração 3	33
Ilustração 4	36
Ilustração 5	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
ARTIGO 1	6
ARTIGO 2	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é composto por dois artigos que analisam a relação entre o jornalismo, a construção da cidadania e a representação da população negra no Brasil. Ambos os estudos buscam compreender como as narrativas midiáticas são construídas em um contexto onde a cidadania formal é garantida, mas, na prática, é vivenciada de forma incompleta e desigual, especialmente para grupos historicamente marginalizados. Ao analisar criticamente essas construções, é possível identificar como o jornalismo pode atuar tanto na manutenção das desigualdades, reforçando o racismo estrutural, quanto como uma ferramenta de emancipação, ampliando os horizontes da cidadania plena.

A metodologia aplicada nos dois artigos utiliza como base o entendimento de que a cidadania no Brasil é um projeto inacabado e mutilado (Santos, 1997), refletindo heranças históricas de exclusão social e racial. O segundo artigo, de caráter empírico, emprega a Análise de Conteúdo desenvolvida por Laurence Bardin (1977), utilizando-a como ferramenta analítica para identificar, de maneira sistemática e objetiva, os significados e símbolos por trás dos padrões linguísticos e dos enquadramentos narrativos. A partir dessa base teórica e metodológica, é possível revelar as estruturas sociológicas e ideológicas que motivam a produção dos textos, contribuindo para uma compreensão crítica sobre o papel da mídia na luta pela cidadania negra.

O primeiro artigo, intitulado "O jornalismo como ferramenta para a construção da cidadania da população negra", examina a cidadania como um conceito central para a teoria democrática, mas que, no contexto brasileiro, torna-se uma promessa não realizada devido às desigualdades históricas. O artigo traça uma linha do tempo histórica do conceito de cidadania, desde a Grécia Antiga até a Constituição de 1988, e aprofunda a crítica através da ideia de Cidadania Mutilada de Milton Santos. O estudo investiga o papel do jornalismo enquanto prática social, ou seja, como ferramenta de suporte à construção e expansão da cidadania no Brasil, ressaltando que ter espaço na mídia é fundamental para o direito à cidadania, transformando o jornalismo em uma ferramenta de mudança ou uma fonte de exclusão.

O segundo artigo, "ANALISANDO NARRATIVAS: A representação da população negra nos jornais Folha de São Paulo e Alma Preta Jornalismo", foca na representação da população negra na mídia brasileira, comparando a Folha de S. Paulo, como veículo hegemônico, e o Alma Preta Jornalismo, como mídia especializada e contra-hegemônica. A pesquisa aplica a Análise de Conteúdo (Bardin) para entender como cada veículo constrói a imagem do sujeito negro em reportagens que cobrem temas críticos como violência, contestação

política e disparidade socioeconômica. Este estudo analisa a forma como a mídia retrata o negro em um binômio de papéis: a vítima passiva da violência racial ou o agente ativo de contestação e atuação política, atestando a persistência da ideologia de desigualdade racial na base das condições de produção das mensagens.

ARTIGO 1

O jornalismo como ferramenta para a construção da cidadania da população negra

Filipe Locatelli Capelari¹
Guilherme Pires de Campos²

Resumo: Este artigo examina o conceito de cidadania no Brasil como um projeto incompleto e seletivo, influenciado por desigualdades históricas e raciais, conforme a perspectiva da Cidadania Mutilada de Milton Santos. O estudo traça o panorama histórico do conceito, desde a antiguidade até a Constituição de 1988, destacando que a exclusão da população negra é estrutural e persistente. A pesquisa investiga o papel do jornalismo enquanto prática social e função republicana, discutindo seu potencial para atuar como ferramenta de suporte à construção e expansão da cidadania plena, ao conceder visibilidade e romper com a invisibilidade simbólica de grupos marginalizados. O artigo conclui que o futuro da cidadania brasileira passa pela capacidade do jornalismo de assumir plenamente sua responsabilidade republicana, contribuindo para reconstruir a cidadania mutilada e fortalecer a cidadania negra.

Palavras-chave: Cidadania, Jornalismo, População Negra, Cidadania Mutilada.

Abstract: This article examines the concept of citizenship in Brazil as an incomplete and selective project, influenced by historical and racial inequalities, according to the perspective of Milton Santos' Mutilated Citizenship. The study traces the historical panorama of the concept, from antiquity to the 1988 Constitution, highlighting that the exclusion of the black population is structural and persistent. The research investigates the role of journalism as a social practice and republican function, discussing its potential to act as a tool to support the construction and expansion of full citizenship, by granting visibility and breaking with the symbolic invisibility of marginalized groups. The article concludes that the future of Brazilian citizenship depends on the ability of journalism to fully assume its republican responsibility, contributing to rebuild mutilated citizenship and strengthen black citizenship.

Keywords: Citizenship, Journalism, Black Population, Mutilated Citizenship.

INTRODUÇÃO

A Cidadania, para a teoria democrática, é um dos principais conceitos e pontos de partida para debater o “ser” cidadão e aspectos da justiça social. Um conceito que se relaciona com o sentimento de pertencimento, à posse de direitos e à realização de deveres para com o Estado (Marshall, 1963) e atua como um dos aspectos que diferencia as constituições das sociedades modernas, principalmente pós Segunda Guerra Mundial, de sociedades antigas, como gregos e romanos. Todavia, quando se olha para locais onde há desigualdades históricas, alta concentração de renda, desigualdades sociais, dificuldade no acesso aos serviços públicos - esse conceito se torna promessa.

No Brasil, a cidadania é garantida formalmente, mas na prática, grande parte da população não a vive de forma completa. Isso é perceptível na baixa qualidade dos serviços

públicos, no uso da força pelas instituições, na exclusão política e, principalmente, na forma como os direitos são tratados com base em raça, território e classe social (Almeida, 2019).

Com base nisso, o artigo a seguir tem como proposta fazer com que o leitor reflita sobre a cidadania como um conceito em debate e, especialmente, quais as possibilidades para o jornalismo na luta pela construção e manutenção desse conceito no Brasil. Tendo em vista isto, este conceito não pode ser visto apenas como um conjunto de direitos garantidos pela constituição, mas como uma ação direta e que leva em conta o contexto histórico, sendo também uma luta pelo direito de existir plenamente, de ser ouvido, de participar e, principalmente, de ser reconhecido.

Milton Santos, em seu artigo *As Cidades Mutiladas* (1997), propõe uma perspectiva que aprofunda essa questão. Para ele, o projeto de cidadania implementado pelo Brasil acaba sendo incompleto e seletivo. Afinal, os direitos, prometidos a todos, são usufruídos na prática por uma minoria da população. Sendo assim, essa cidadania não é universal; é fragmentada e, muitas vezes, negada.

A partir disso é possível refletir sobre o papel do jornalismo enquanto prática social, ou seja, como uma ponte entre sujeito e comunidade, e ferramenta de suporte à construção e expansão da cidadania no Brasil, de maneira crítica e diversa. Sendo assim, no Brasil, onde a exclusão é tanto simbólica quanto comunicacional, ter espaço na mídia é fundamental para o direito à cidadania. Transformando o jornalismo em uma ferramenta de mudança ou uma fonte de exclusões, a depender de como as histórias são mostradas e quais personagens terão voz nas narrativas empregadas pela mídia.⁰

Tendo em vista isso, essa discussão não é relevante apenas por ser atual, mas também por tocar em questões profundas. Afinal, falar sobre cidadania no Brasil é também falar sobre racismo, desigualdade social, violência estatal, concentração de riqueza e domínio comunicacional (Almeida, 2019), além de possibilitar que projetos coletivos sejam resgatados e que novos surjam e possam ver a cidadania como uma luta viva, e não um conceito vazio.

O texto é composto por três seções: (1) um panorama que traça uma linha do tempo histórica e conceitual do conceito de cidadania, da Grécia Antiga até a Constituição de 1988, destacando as transformações e os obstáculos encontrados ao longo das eras; (2) uma análise desse conceito a partir da ideia de *Cidadania Mutilada* de Milton Santos, que investiga a cidadania no Brasil a partir do pressuposto dela ser incompleta e seletiva, conectando essa reflexão com visões atuais que abordam as exclusões enfrentadas por grupos marginalizados; (3) uma análise da função do jornalismo na dinâmica entre a sociedade civil e Estado,

analisando suas capacidades e contradições dentro do cenário brasileiro e o seu potencial (ou não) de ferramenta para a expansão da cidadania no País.

1. Cidadania: uma travessia histórica

A noção de cidadania, compreendida tanto no contexto político quanto social, resulta de uma longa trajetória histórica repleta de avanços, interrupções e conflitos. Com o passar do tempo esse conceito foi influenciado por revoltas sociais, revoluções políticas e diferentes formas de governo e rearranjo das estruturas de poder. Para compreender a sua totalidade, é necessário voltar e olhar para o decorrer da história e explorar como essa concepção se desenvolveu e se transformou até as definições atuais, especialmente no Brasil após a criação da Constituição (1988).

Na Grécia Antiga, berço do pensamento político ocidental, a cidadania estava diretamente ligada à participação ativa na vida pública da pólis. Um cidadão não era apenas alguém que possuía direitos, mas acima de tudo, tinha responsabilidades perante a sociedade (Coulanges, 2006). Para Aristóteles, um verdadeiro cidadão era aquele que se envolvia nas atividades do Estado, tanto nos debates quanto nas funções judiciais (2019). No entanto, essa definição aplicava um sistema de exclusão bastante rígido: apenas homens livres, adultos, proprietários e nativos de Atenas tinham direito à participação política. Mulheres, não cidadãos, escravos e trabalhadores manuais eram excluídos da cidadania. Assim, a cidadania surgiu como um privilégio extremamente limitado, cuja validade estava profundamente relacionada à propriedade e à origem familiar (Coulanges, 2006).

Com a expansão da Roma Antiga, a cidadania começou a ser oficialmente vista como uma designação ligada à associação ao Império. A "civitas romana" tornou-se uma ferramenta de integração política e domínio, permitindo que os cidadãos tivessem acesso a tribunais, contratos, uniões matrimoniais e propriedade. Roma se desenvolveu em comparação à Grécia Antiga ao cimentar a ideia de cidadania como uma ferramenta de inclusão das populações subjugadas, mesmo que ainda conservasse um caráter hierárquico e excludente. Apesar da possibilidade de ascensão social, como a concessão da cidadania a aliados, os critérios para isso continuavam a ser seletivos, sendo usado mais como um instrumento de poder e barganha do que uma manifestação de igualdade social (Capelatto, 2021).

A queda do Império Romano e o surgimento da Idade Média mudaram essa visão. A sociedade feudal passou a ser organizada com base em relações pessoais de suserania e vassalagem, onde os indivíduos eram definidos por suas posições nas hierarquias sociais em vez de seu status de cidadãos. A figura do "súdito" substituiu a do cidadão. Durante esse período, a cidadania praticamente desapareceu como uma prática política ampla e se limitou a algumas

cidades-estado e corporações urbanas. Os conceitos de autoridade, dever e lealdade se tornaram mais relevantes do que a ideia de participação. A Igreja, como a principal entidade da época, oferecia uma forma de pertencimento espiritual, mas sem qualquer ligação política (Bloch, 1987).

A cidadania começou a ser reconsiderada como um tema central nas discussões somente com o advento do pensamento contemporâneo, impulsionado por transformações sociais e econômicas provocadas pela Revolução Industrial, além das instabilidades político-filosóficas resultantes das revoluções liberais, especialmente a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Americana de 1776

As novas monarquias nacionais na França, Espanha e Inglaterra tinham, em seus próprios territórios, um poder no qual nem o Papa nem o Imperador podiam interferir. O Estado nacional, devido, em grande parte, à pólvora, adquiriu uma influência sobre o pensamento e o modo de sentir dos homens, como jamais exercera antes. (Russel, 1957, p. 18)

Nesse novo panorama, a cidadania foi reinterpretada como um conjunto de direitos universais, independentes de origens nobres e assegurados a todos os indivíduos considerados racionais e livres. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, instaurada em 1789, simboliza essa nova era: todos os seres humanos têm um status de liberdade e igualdade em termos de direitos, e a cidadania é um atributo inerente a cada um.

Todavia, o conceito de universalidade promovido por esses princípios iluministas era, na realidade, bastante limitado. Mulheres, pessoas escravizadas, indígenas e os empobrecidos continuavam a ser excluídos dos direitos civis e políticos. A nova cidadania liberal era fundamentada na ideia de igualdade formal, mas desconsiderava as desigualdades materiais, culturais e históricas que existiam

Do ponto de vista teórico, sempre defendi — e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos — que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (Bobbio, 2004, p. 9)

Um dos paradoxos da modernidade reside na coexistência da promessa de direitos universais e a presença da exclusão estrutural. O conceito de cidadão, como ideal, era algo que se restringia à elite instruída e proprietária, que, em grande parte, era também masculina e branca, especialmente nas colônias (Santos, 1997) .

No século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a compreensão de cidadania começou a se expandir. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 marca o início de uma nova fase ao reafirmar que todos os seres humanos têm direito à vida, liberdade, segurança, educação e dignidade, independentemente de raça, gênero ou classe social. Assim, surge a noção de cidadania social, fortemente influenciada pelas ideias do sociólogo britânico T. H. Marshall, que, em seu texto de 1949, *Cidadania e Classe Social*, delineou três pilares para a cidadania: direitos civis (liberdade de expressão, propriedade e justiça), direitos políticos (voto e representação) e direitos sociais (educação, saúde e assistência social).

Essa perspectiva abrangente sobre cidadania serviu como base para a construção dos Estados de bem-estar social na Europa após o conflito. O objetivo era garantir não apenas liberdades individuais, mas também condições materiais mínimas para uma vida digna. Entretanto, como apontaram alguns críticos nas décadas seguintes, esse modelo ainda enfrentava limitações: não enfrentava as desigualdades raciais, coloniais e de gênero que impediam a cidadania plena para milhões de pessoas em toda a Europa e além. Feministas, ativistas antirracistas e acadêmicos do Sul Global começaram a desafiar a cidadania como um conceito universal e abstrato, uma crítica que permanece relevante nas ciências sociais contemporâneas.

No Brasil, o desenvolvimento da cidadania foi bastante desafiador. A Independência, que aconteceu em 1822, a Abolição da Escravidão, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, não garantiram automaticamente que a maioria da população tivesse acesso aos direitos. Devido a uma estrutura de sociedade que se constituiu com base em uma estrutura oligárquica e excludente, ou seja, que funcionava assentada nos interesses de um pequeno grupo e o acesso à terra, à educação e à participação política era limitado, deixando esses aspectos sob controle das elites (Fausto, 2015). Desde o princípio, a forma de cidadania no Brasil foi marcada por exclusões relacionadas a raça e classe. Clóvis Moura (1981) observa que os libertos após a abolição foram empurrados para a marginalização, sem conseguir gozar da cidadania plena.

Posteriormente a ela, a Carta Magna de 1934 introduz alguns avanços nas normas trabalhistas, principalmente em relação aos direitos dos trabalhadores urbanos, enquanto a de 1946 garantiu direitos civis e o sufrágio feminino. Contudo, nenhum desses textos constitucionais foi capaz de universalizar essas conquistas. Por um longo período, a possibilidade de votar estava condicionada à educação formal, o que deixou milhões de brasileiros de fora, especialmente a população negra e os de menor renda. O setor agrícola não recebeu a devida atenção do Estado. Mais uma vez, ser cidadão foi visto como um privilégio limitado (Fausto, 2015).

Com o início da ditadura civil-militar, de 1964 a 1985, os direitos de cidadania foram frequentemente violados. Com repressão política, censura à imprensa, tortura e a limitação das liberdades públicas, as noções de cidadania participativa foram destruídas. Foi nesse contexto que várias iniciativas sociais começaram a se mobilizar pela redemocratização e pela elaboração de um projeto nacional que priorizasse a igualdade. O movimento sindical, as lutas do movimento negro, o feminismo, os direitos das populações indígenas e diferentes grupos religiosos passaram a demandar uma nova Constituição (Fausto, 2015).

Apenas com a aprovação da Constituição Federal de 1988, resultado do movimento de redemocratização, o Brasil passou a oficialmente reconhecer a cidadania como um dos pilares da República. No artigo primeiro, inciso II, a “cidadania” é apresentada como uma das bases do Estado brasileiro. O artigo 5º garante uma vasta gama de direitos fundamentais: civis, políticos e individuais, enquanto o artigo 6º formaliza os direitos sociais que englobam saúde, educação, trabalho, habitação, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, bem como assistência a quem precisa.

2.1 Cidadania: um projeto inacabado

A redemocratização brasileira, consolidada com o fim do regime militar em 1985, marcou o início de uma nova fase na história política do país. A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, representou um avanço inédito ao reunir, em um único texto normativo, as três dimensões fundamentais da cidadania: os direitos civis, políticos e sociais. Pela primeira vez, a cidadania foi tratada não apenas como uma categoria jurídica, mas também como um conceito que envolve dimensões simbólicas, históricas e materiais. Isso se traduziu, por exemplo, no reconhecimento formal dos direitos de populações historicamente marginalizadas, como os povos indígenas, os remanescentes de quilombos, as mulheres, as crianças e os adolescentes (Carvalho, 2002).

Todavia, o avanço conquistado em relação a esses direitos não se concretizou em uma verdadeira universalização. Ou seja, o acesso a bens e serviços públicos, a proteção judicial e a participação política plena continuam a apresentar desigualdades marcantes

O processo de desnaturação da democracia amplia a prerrogativa da classe média, ao preço de impedir a difusão de direitos fundamentais para a totalidade da população. E o fato de que a classe média goze de privilégios, não de direitos, que impede aos outros brasileiros ter direitos. E é por isso que no Brasil quase não há cidadãos. Há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos. (Santos, 1997, p.133).

José Murilo de Carvalho destaca que “a parcela da população que consegue se

beneficiar da proteção legal é pequena, mesmo nas grandes cidades” (Carvalho, 2002, p. 215). Em sua análise, ele classifica os cidadãos brasileiros em diferentes grupos, onde os "doutores", que geralmente são brancos, ricos, com formação superior e significativo capital simbólico, desfrutam de uma cidadania totalmente realizada, baseada na proteção legal e na influência sobre decisões. Para os demais, a cidadania é limitada, frequentemente apenas formal, sem aplicação prática.

Além das disparidades internas, o Brasil também se depara com um cenário internacional que apresenta novos desafios para a consolidação da cidadania. A globalização econômica, o enfraquecimento dos Estados nacionais e o aumento da influência de instituições supranacionais alteram as bases do contrato social convencional. Carvalho (2002, p. 226) observa que “países como o Brasil vivem uma ironia. Após buscar um conceito e uma prática de cidadania derivados do Ocidente e ter obtido alguns sucessos, encontram-se em um ambiente internacional que questiona essas ideias e práticas”. Assim, enquanto a nação procura fortalecer seu desenvolvimento interno, também é impactada por forças externas que diminuem o papel do Estado como garantidor absoluto de direitos.

Dessa forma, mesmo com a formalização de uma cidadania mais abrangente após 1988, a realidade da maior parte da população ainda revela uma vivência cívica desigual e limitada. Direitos essenciais como educação de qualidade, serviços de saúde, segurança e acesso à justiça continuam a ser negados ou deteriorados, especialmente para os segmentos mais pobres, negros, da periferia e indígenas.

2.2 Cidadania: um direito mutilado

A análise da história da cidadania no Brasil, realizada por José Murilo de Carvalho, evidencia o percurso do país em direção à formalização dos direitos, embora não tenha conseguido assegurar sua efetividade para uma significativa parte da população. Apesar de a Constituição de 1988 ter representado um avanço civilizatório ao reconhecer legalmente grupos que historicamente foram marginalizados, a realidade dos brasileiros revela que a obtenção de direitos continua a ser desigual, sujeita a condições e, em muitos casos, ilusória. A cidadania, que é proclamada como universal, se demonstra, na prática, incompleta e fragmentada.

Essa discrepância entre o que é prometido e o que se experimenta serve como um ponto de partida para reflexões mais profundas sobre o verdadeiro significado de ser cidadão em uma nação caracterizada por desigualdades sistêmicas. Nesse cenário, o geógrafo Milton Santos (1997) introduz a noção de cidadania mutilada, um termo que ajuda a identificar e compreender a frustração e a exclusão enfrentadas por milhões de brasileiros.

Para Santos, a cidadania deve ser vista não apenas como um conjunto de direitos oficialmente reconhecidos pelo governo, mas como uma vivência real, experimentada em um determinado território. Em outras palavras, são nos ambientes onde indivíduos residem, trabalham e interagem que os direitos se concretizam ou são negados. Quando esses direitos não são acessíveis, quando o acesso à saúde, educação, justiça ou à própria cidade é dificultado de maneira sistemática, o que se vivencia é uma cidadania mutilada: limitante, condicionada e restrita.

Poderíamos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. (Santos, 1997, p. 133)

Essa mutilação, no entanto, não se resume à ausência de serviços ou infraestrutura. Ela também se revela no sentimento de não pertencimento, na sensação de que o Estado é algo distante ou hostil, e não um aliado na garantia de dignidade. Nas palavras de Milton Santos (1997), o modelo atual de cidadania oferecido à maioria da população é superficial, centrado no consumo, e não na participação: é permitido ser consumidor, mas não sujeito político pleno. A cidadania, assim, torna-se despolitizada e fragmentada, servindo mais como discurso de inclusão do que como prática real de transformação.

3. O negro no Brasil

Sendo assim, é difícil analisar a história da cidadania no Brasil sem considerar a condição da população negra no país. Se, como visto anteriormente, a cidadania brasileira se caracteriza como um projeto inacabado e mutilado, essa incompletude é ainda mais evidente quando analisada sob a ótica das relações raciais (Santos, 1997). Por conta disso, A cidadania no Brasil possui em seu “DNA” uma construção racionalizada, ou seja, enquanto a população branca herdou privilégios simbólicos, econômicos e políticos, a população negra herdou o peso da exclusão social, da estigmatização cultural e da violência institucional

Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África, e assim apenas se transportavam cativos para o mundo cristão onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior. No decorrer do século XIX, "teorias científicas" reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc. "demonstravam" que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição (Fausto, 2015, p.22)

O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir formalmente a escravidão, em 1888, após mais de três séculos de exploração sistemática da mão de obra africana e afrodescendente (Fausto, 2015). E como fruto dessa abolição tardia, não houve uma inserção dessas pessoas na

sociedade brasileira, por conta disso, o processo de abolição na terra do Pau Brasil não foi acompanhado por políticas públicas de integração, reparação ou redistribuição de recursos (Fausto, 2015). Como afirma Clóvis Moura (1981), a abolição foi apenas um “ato jurídico”, sem qualquer mecanismo que garantisse à população liberta condições mínimas de existência digna.

Sendo assim, sem o acesso à educação, trabalhos formais e, principalmente, terras, os ex-escravizados e seus descendentes foram empurrados para as margens da sociedade. Abdias do Nascimento (1989) descreve esse período como a inauguração do mito da “democracia racial”, ideologia que mascarou a exclusão real e sustentou a ideia de que a desigualdade racial seria inexistente ou naturalizada no Brasil.

O conceito de racismo estrutural, segundo por Silvio Almeida (2018), ajuda a compreender como a exclusão da população negra não é um acidente histórico, mas parte do funcionamento normal da sociedade brasileira. O racismo, segundo Almeida, organiza as instituições, distribui privilégios e define as chances de acesso à cidadania plena. Nesse sentido, ser negro no Brasil significa enfrentar obstáculos permanentes ao exercício de direitos básicos, desde a inserção no mercado de trabalho até o acesso à justiça e à segurança

A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. (Almeida, 2019, p.33)

Os dados confirmam essa realidade. O Atlas da Violência (IPEA, 2021) mostra que mais de 77% das vítimas de homicídio no Brasil são negras. No mercado de trabalho, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2022), trabalhadores negros recebem, em média, 40% menos que trabalhadores brancos em ocupações equivalentes. Na educação, segundo dados do CENSO 2022, (IBGE, 2024) a taxa de analfabetismo entre negros ainda é mais que o dobro da verificada entre brancos, enquanto pessoas brancas tem uma taxa de analfabetismo de 4,3%, pretos e pardos possuem o dobro, 10,1% e 8,8%, respectivamente. Esses números revelam uma cidadania desigual, onde direitos universais se tornam privilégios seletivos.

4. Jornalismo como ferramenta

O jornalismo, enquanto prática social e institucional, ocupa um lugar central nas democracias contemporâneas. Ele não é apenas um mecanismo de transmissão de informações, mas um espaço de construção de sentidos, de mediação entre sociedade e Estado e de definição dos sujeitos reconhecidos como parte legítima da esfera pública. Nesse sentido, o jornalismo pode atuar como instrumento de manutenção das desigualdades ao silenciar determinadas vozes e reforçar estigmas ou como ferramenta de emancipação, ampliando os horizontes da cidadania.

Eugênio Bucci (2009) observa que o jornalismo, ao cumprir sua função de “espaço público de circulação de ideias”, deve se colocar a serviço da coletividade, operando como instituição republicana, ainda que exercida por empresas privadas. Essa função republicana exige que a atividade jornalística seja regida não apenas por critérios comerciais, mas também por valores éticos vinculados ao interesse público, como a pluralidade de vozes, a veracidade das informações e a proteção dos direitos humanos. Em um país como o Brasil, no qual a cidadania é fragmentada e marcada por exclusões históricas, o jornalismo se torna uma ferramenta de grande relevância para a visibilidade e reconhecimento de grupos marginalizados.

Levando em conta a realidade brasileira, essa função é marcada por contradições. A concentração dos meios de comunicação e a dependência do jornalismo em relação a interesses econômicos e políticos limitam sua capacidade emancipatória. Como lembra Muniz Sodré (2002), os meios de comunicação muitas vezes reproduzem as hierarquias sociais, legitimando a cidadania de alguns e negando a de outros. No entanto, essa mesma atividade pode se converter em espaço de resistência, ao abrir espaço para narrativas contra-hegemônicas e ao conferir visibilidade a sujeitos historicamente invisibilizados.

No caso da população negra, essa dimensão é particularmente sensível. Durante décadas, a mídia brasileira difundiu representações estigmatizadas do negro, associando-o à criminalidade, ao atraso ou ao folclore, contribuindo para a manutenção de um imaginário social racista (Almeida, 2019). Romper com essas representações é parte da luta por uma cidadania plena. O jornalismo, ao garantir espaço para vozes negras e ao promover narrativas mais complexas, pode se tornar uma ferramenta de construção identitária e, conseqüentemente, de fortalecimento da cidadania.

Eugênio Bucci (2009) defende que o jornalismo deve ser compreendido como uma função republicana, uma instância que garante o direito à informação de qualidade como condição de exercício da cidadania. Informação não é apenas um bem de consumo: é um direito fundamental. Sem informação confiável e plural, o cidadão não pode deliberar, participar da vida política ou reivindicar seus direitos.

Assim, quando o jornalismo se compromete com a pluralidade e com a justiça, ele contribui diretamente para a reconstrução da cidadania mutilada. Ele se torna um espaço de luta pelo direito à voz, pelo direito à memória e pelo direito ao reconhecimento.

Considerações Finais

A trajetória percorrida neste artigo demonstrou que a cidadania, embora consagrada juridicamente pela Constituição de 1988, permanece como projeto inacabado no Brasil. Inspirado em Milton Santos, vimos que a realidade nacional é marcada por cidadanias mutiladas, em que o acesso a direitos fundamentais é desigual e restrito, refletindo heranças históricas de exclusão social e racial. No caso da população negra, essa mutilação se revela de maneira ainda mais profunda, combinando desigualdades materiais com formas persistentes de invisibilidade simbólica.

Nesse cenário, o jornalismo emerge como espaço estratégico. Conforme formula Eugênio Bucci, ele deve ser entendido como uma função republicana, destinada a assegurar o direito fundamental à informação e a sustentar a esfera pública democrática. Contudo, o ideal normativo de Bucci se vê tensionado pela realidade brasileira: a concentração dos meios de comunicação, a lógica mercantil que orienta grande parte da produção noticiosa e o racismo estrutural que atravessa as narrativas midiáticas frequentemente afastam o jornalismo de seu papel emancipatório.

Apesar dessas limitações, o jornalismo mantém um potencial transformador. Ao ampliar vozes, denunciar injustiças e oferecer representações mais plurais, pode contribuir para reconstruir a cidadania mutilada e fortalecer a cidadania negra. O futuro da cidadania brasileira, portanto, passa também pela capacidade do jornalismo de romper com seus próprios limites e de assumir plenamente sua responsabilidade republicana.

ARTIGO 2

ANALISANDO NARRATIVAS:

A representação da população negra nos jornais *Folha de São Paulo* e *Alma Preta* Jornalismo

Filipe Locatelli Capelari¹
Guilherme Pires de Campos²

Resumo: Este artigo utiliza a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin para investigar a representação da população negra na mídia brasileira, contrastando a cobertura da *Folha de S. Paulo* (mídia hegemônica) com o *Alma Preta Jornalismo* (mídia contra-hegemônica). A pesquisa, estruturada em torno de quatro categorias de análise (Atores, Temas, Avaliação e Dinâmica), analisou eventos críticos entre 2020 e 2024, como o assassinato de João Alberto Silveira Freitas e a prorrogação da Lei de Cotas. Os resultados demonstram que a representação do negro se polariza em um binômio de papéis: vítima passiva da violência racial e agente ativo de contestação política. As distinções editoriais mostram que a *Folha* prioriza a descrição objetiva e os processos institucionais, enquanto o *Alma Preta* enfatiza a denúncia ideológica e o racismo estrutural como causa-raiz.

Palavras-chave: Representação Midiática, Análise de Conteúdo, Racismo Estrutural, Narrativas Jornalísticas.

Abstract: This article uses Laurence Bardin's Content Analysis to investigate the representation of the black population in the Brazilian media, contrasting the coverage of *Folha de S. Paulo* (hegemonic media) with *Alma Preta Jornalismo* (counter-hegemonic media). The research, structured around four categories of analysis (Actors, Themes, Evaluation, and Dynamics), analyzed critical events between 2020 and 2024, such as the murder of João Alberto Silveira Freitas and the extension of the Quota Law. The results demonstrate that the representation of blacks is polarized in a binomial of roles: passive victim of racial violence and active agent of political contestation. The editorial distinctions show that *Folha* prioritizes objective description and institutional processes, while *Alma Preta* emphasizes ideological denunciation and structural racism as the root cause.

Keywords: Media Representation, Content Analysis, Structural Racism, Journalistic Narratives.

INTRODUÇÃO

O modo como o negro é representado na mídia brasileira revela não apenas escolhas editoriais, mas também estruturas simbólicas que influenciam a forma como a sociedade compreende raça, cidadania e pertencimento

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho

doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações. (Almeida, 2019, p. 41)

O jornalismo, enquanto um dos pilares da democracia, possui papel fundamental na construção de sentidos sociais e na mediação entre acontecimentos e público. No entanto, como destaca Stuart Hall (1997), toda produção simbólica é um campo de disputa: os significados são socialmente construídos e refletem relações de poder. Assim, a forma como a mídia enquadra e seleciona informações sobre determinados grupos sociais pode tanto reforçar estigmas quanto promover visibilidade e reconhecimento.

Nesse contexto, o caderno *Cotidiano* se torna um espaço privilegiado para observar como o jornalismo constrói essas representações. Por tratar de temas ligados à vida urbana, desigualdade, violência e mobilidade social, ele revela tensões raciais de forma explícita. A escolha dos veículos *Folha de S. Paulo* e *Alma Preta Jornalismo* permitem observar dois pólos distintos do campo midiático: de um lado, um jornal tradicional de grande circulação, integrante da imprensa hegemônica; de outro, uma agência de comunicação independente e comprometida com a perspectiva racial e comunitária.

Essa contraposição possibilita compreender não apenas as diferenças de abordagem, mas também as estruturas de poder e as intencionalidades discursivas que atravessam o jornalismo brasileiro. Assim, este estudo busca compreender como cada veículo constrói a imagem do sujeito negro e como essas construções refletem ou desafiam as hierarquias sociais e simbólicas do país.

Posto isso, é possível afirmar que essa pesquisa tem como objetivo entender como o negro é representado na mídia e, consequentemente, identificar não só como ele é retratado, mas também em quais situações e em quais papéis. Ou seja, o trabalho em questão busca compreender quais são os temas recorrentes e os papéis atribuídos.

A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo desenvolvida por Laurence Bardin (1977), método de análise que permite a investigação e compreensão do sentido por trás dos discursos de maneira sistemática e objetiva, desenvolvida a partir de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório.

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. (Bardin, 1977, p. 9)

Sendo assim, a metodologia escolhida permite a identificação e interpretação dos significados e símbolos por trás dos padrões linguísticos.

Para isso a análise foi dividida em 3 etapas: (1) pré-análise: definição da amostragem temporal e temáticas; (2) exploração do material: categorização e codificação das matérias selecionadas e (3) tratamento e interpretação dos resultados: compreensão de como cada veículo compreende e representa a figura do negro em suas reportagens. O corpus será composto por reportagens publicadas no caderno *Cotidiano* dos dois veículos, escolhidas com base em critérios temáticos e temporais.

Com base nas análises é possível afirmar que a presente pesquisa tem sua relevância constatada na contribuição para o debate sobre o caráter ético e social do jornalismo e a forma como narrativas jornalísticas não só caracterizam minorias sociais como também constroem ou destroem pontes para a conquista da equidade social.

1.1 Representações

A compreensão da representação do negro na mídia exige um olhar atento para os mecanismos simbólicos que produzem e reproduzem sentidos sobre raça, identidade e poder. Stuart Hall (1997) define a representação como um processo de construção de significados por meio da linguagem e das práticas discursivas, em que as imagens e os textos não apenas refletem a realidade, mas a constituem. Nesse sentido, a mídia atua como um dos principais espaços de disputa por visibilidade e reconhecimento, sendo responsável por legitimar certas narrativas e silenciar outras. Essa dimensão simbólica do poder comunicacional está no cerne da forma como a sociedade brasileira compreende a negritude e suas múltiplas expressões, afinal

Se boa parte da sociedade vê o negro como suspeito, se o negro aparece na TV como suspeito, se poucos elementos fazem crer que negros sejam outra coisa a não ser suspeitos, é de se esperar que pessoas negras também achem negros suspeitos, especialmente quando fazem parte de instituições estatais encarregadas da repressão, como é o caso de policiais negros. (Almeida, 2019, p. 43)

Sendo assim, a mídia e os meios de comunicação enquanto poderes mediadores entre acontecimento e população não só definem o que é (ou não) notícia, como também definem como os fatos serão noticiados e de que maneira os agentes ali vistos serão representados.

Neste contexto, o racismo não opera apenas como uma “prática social”, mas também como narrativa. Afinal, a linguagem não carrega apenas um discurso, mas também seus códigos simbólicos de dominação.

O racismo latinoamericano é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais, reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. (Gonzales, 2020, p. 130)

1.2 Reconfiguração midiática

Com o avanço da tecnologia e, consequentemente, da internet, novos espaços, formas de se comunicar e, principalmente, novos veículos de comunicação surgiram. Para Muniz Sodré (2002), esses novos veículos comunicacionais poderiam se tornar ferramentas de comunicação contra-hegemônicas, permitindo que novas narrativas e perspectivas sobre fatos do cotidiano fossem apresentados à população, possibilitando que novas perspectivas acerca de grupos marginalizados fossem escritas.

Como um exemplo de sucesso disso há o *Alma Preta Jornalismo*, uma agência de notícias e comunicação especializada na temática étnico-racial. Ou seja, um veículo de comunicação com a proposta de se pautar a partir da representatividade e das vozes negras, fugindo dos estereótipos perpetuados pelos grandes veículos de comunicação.

2.1 Pré-análise

A pesquisa foi conduzida com base na metodologia de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin e esteve estruturada em três fases distintas. O objetivo principal foi utilizar esse instrumento metodológico para revelar não apenas o que os textos jornalísticos disseram, mas também como disseram, a quem deram voz, quais relações de poder reforçaram e quais dimensões da cidadania negra construíram ou negaram, tornando-se essencial para compreender os impactos simbólicos do jornalismo na luta pela cidadania negra no Brasil

A pesquisa iniciou-se com a fase de Pré-análise, que correspondeu ao momento de organização do material e de definição dos caminhos da investigação. Nesta etapa, ocorreu a seleção dos textos jornalísticos que compuseram o *corpus*, seguindo critérios claros de inclusão

relacionados ao período, à editoria, à temática e ao tipo de material. Foi também nesta fase que se construíram as hipóteses iniciais e os objetivos operacionais da análise, delimitando-se o que se desejou observar, como as representações da população negra, os enquadramentos narrativos, as escolhas lexicais, o protagonismo ou a ausência de personagens negros e a construção de cidadania. A pré-análise, portanto, funcionou como uma etapa preparatória que deu coerência e direção ao estudo.

2.2 Exploração do material

Em seguida, iniciou-se a exploração do material e a análise propriamente dita. O *corpus* foi submetido a um rigoroso processo de codificação, que envolveu a fragmentação do material em unidades significativas (palavras, expressões, temas, categorias discursivas). As unidades foram construídas de maneira homogênea e consistente, em consonância com o rigor metodológico exigido por Bardin. A exploração do material permitiu identificar regularidades e contrastes entre os jornais analisados, revelando como cada veículo construiu sentidos sobre a população negra e sua posição na esfera pública.

2.3 Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

A pesquisa culminou na última etapa, o Tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Os achados foram sistematizados, organizados, interpretados e relacionados ao referencial teórico que embasou o estudo. O processo não se limitou a contabilizar frequências; foi necessário inferir significados, compreender como as escolhas narrativas produziram efeitos simbólicos e como se articularam às estruturas sociais mais amplas.

Em síntese, a Análise de Conteúdo segundo Bardin foi utilizada como instrumento metodológico para revelar não apenas o que os textos jornalísticos dizem, mas também como dizem, a quem dão voz, quais relações de poder reforçam e quais dimensões da cidadania constroem ou negam. Trata-se, portanto, de um método essencial para compreender os impactos simbólicos do jornalismo na luta pela cidadania negra no Brasil.

3. Escolha das matérias

Para a operacionalização da Análise de Conteúdo proposta por Bardin, o presente estudo constituiu um corpus formado por dez matérias jornalísticas, sendo cinco publicadas pela Folha de São Paulo e cinco pelo Alma Preta Jornalismo. A seleção desses materiais seguiu um critério específico: identificar, em cada um dos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, matérias de impacto público relacionada à população negra brasileira na Folha de São Paulo, representante da grande mídia e poderosa ferramenta de construção de sentidos na população e a matéria

sobre o mesmo assunto produzida pelo Alma Preta Jornalismo, representante da mídia especializada. O conceito de “impacto” foi definido a partir da repercussão observada dos termos pelo Google Trends, ferramenta do Google usada para o monitoramento da relevância e número de pesquisa de termos na internet. Essa escolha metodológica permite observar quais narrativas sobre a população negra alcançaram maior circulação e foram mais capazes de mobilizar a audiência, garantindo que o objeto analisado possui relevância social efetiva.

A opção por analisar matérias que tratam do mesmo acontecimento factual ou tema central em ambos os veículos decorre da necessidade de garantir comparabilidade. Ao selecionar, para cada ano, duas matérias sobre o mesmo evento, uma da Folha e outra do Alma Preta, torna-se possível examinar de forma mais precisa as diferenças de enquadramento, escolha lexical, abordagem narrativa, presença ou ausência de personagens negros e modos de atribuição de responsabilidade. Trata-se, portanto, de um corpus simétrico, que reduz interferências externas e permite que a comparação se concentre nas estruturas de sentido produzidas por cada veículo, e não nas especificidades dos acontecimentos em si.

O recorte temporal de 2020 a 2024 também possui justificativa teórica e metodológica. Esse período marca a intensificação de transformações no ecossistema informacional brasileiro, especialmente em razão da pandemia de Covid-19. Durante a crise sanitária, observou-se um aumento significativo no consumo de notícias digitais, impulsionado pelo uso ampliado de celulares e dispositivos conectados à internet. Esse fenômeno, reconhecido em estudos sobre jornalismo digital, fortaleceu a capacidade de mensurar o interesse social pelas matérias jornalísticas, uma vez que o engajamento passou a ser registrado de maneira mais transparente por meio de métricas digitais. Assim, ao selecionar as matérias mais buscadas ou compartilhadas, o estudo se ancora em um indicador de relevância social próprio da cultura informacional contemporânea.

Além disso, a pandemia evidenciou e aprofundou desigualdades raciais no Brasil, especialmente no campo da saúde, da segurança pública e do mercado de trabalho. Como consequência, temas relacionados à população negra tornaram-se ainda mais presentes na agenda pública, o que torna o período particularmente frutífero para analisar como os jornais constroem sentidos sobre cidadania e negritude. A escolha desse intervalo temporal, portanto, não apenas acompanha transformações tecnológicas e midiáticas, mas também se relaciona às dinâmicas sociais mais amplas que impactaram diretamente o teor das pautas jornalísticas.

A análise das dez matérias seguirá as três etapas definidas por Bardin: a pré-análise, responsável pela organização do material e pela formulação das hipóteses; a exploração do material, que envolve a categorização sistemática das unidades de registro; e o tratamento dos

resultados, momento de interpretação crítica dos sentidos produzidos. Desse modo, os procedimentos metodológicos adotados garantem não apenas rigor e sistematicidade, mas também a possibilidade de compreender, de forma comparativa e crítica, como dois veículos com naturezas editoriais distintas, um da grande imprensa tradicional e outro do campo do jornalismo negro, constroem representações sobre a população negra e sobre seu lugar na cidadania brasileira.

4. Sistema de Categorias Comuns

Categoria	Definição
I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)	Pessoas, grupos ou instituições que praticam ou sofrem as ações.
II. Temas Centrais e Causas-Raiz	Os assuntos principais e as motivações ou contextos subjacentes ao evento (crime, racismo, economia).
III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)	Termos que expressam juízos de valor, emoções ou a direção da atitude (positivo, negativo, neutro).
IV. Dinâmica e Processos (Ações)	Termos que descrevem as atividades, ações físicas ou as respostas institucionais ao evento.

A escolha das quatro categorias de análise propostas: I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes), II. Temas Centrais e Causas-Raiz, III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal) e IV. Dinâmica e Processos (Ações) encontra seu embasamento teórico e metodológico fundamental na Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin, uma vez que se destina a obter indicadores para a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens. A eficácia do método reside na sua capacidade de articular a descrição objetiva do texto com a interpretação controlada das realidades subjacentes, como atitudes, ideologias e contextos sociais.

Para a realização de uma análise categorial é imperativo que o sistema de categorias seja pertinente e adequado tanto ao material de análise quanto ao quadro teórico definido. As categorias selecionadas representam, em conjunto, dimensões essenciais para a investigação de discursos complexos, como os que abordam conflitos sociais, violência e políticas públicas:

I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)

Esta categoria tem por objetivo a identificação sistemática dos participantes do discurso, sejam eles pessoas, grupos ou instituições. Metodologicamente, ela se relaciona com a unidade de registro denominada "Personagem" ou "Objecto ou Referente", que serve como tema eixo em torno do qual o discurso se organiza. A análise dos "personagens" ou atuantes permite classificar papéis, estatutos sociais e atributos, elementos cruciais que funcionam como índices para inferir realidades psicológicas ou sociológicas que determinaram a produção do texto. Em contextos de tensão ou violência, mapear precisamente quem pratica ou sofre a ação (agentes e vítimas) é um passo inicial fundamental para a compreensão das condições de produção da mensagem.

II. Temas Centrais e Causas-Raiz

Esta dimensão constitui o cerne da Análise Temática (Análise Categorical), cuja finalidade é descobrir os "núcleos de sentido" que compõem a comunicação. O tema é conceituado como uma "unidade de significação complexa, de comprimento variável". Ao focar nos assuntos principais e, sobretudo, nas "causas-raiz" (motivações e contextos subjacentes), a análise temática é o procedimento apropriado para estudar variáveis inferidas de alta complexidade, como motivações, valores, crenças e atitudes. A identificação dos temas centrais permite, por meio de inferência, ir além da descrição superficial e alcançar as variáveis psicológicas, sociológicas ou culturais que determinam o discurso.

III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)

Esta categoria se alinha diretamente à técnica específica denominada Análise de Avaliação (ou *Evaluative Assertion Analysis*, E.A.A.). O objetivo primordial desta técnica é medir as atitudes do locutor em relação aos objetos de que fala. As atitudes são caracterizadas por sua direção (favorável, desfavorável ou neutra) e intensidade. O procedimento requer a identificação de termos avaliativos (qualificadores ou conectores verbais) que expressam juízos de valor. Essa análise, portanto, permite decifrar o posicionamento ideológico e a carga afetiva subjacente aos enunciados, distinguindo se um texto ou um conjunto de elementos está a favor ou contra um determinado objeto ou referente. A dimensão atitudinal é crucial para desvendar o

que se procura estabelecer ao realizar uma análise: uma correspondência entre as estruturas linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas, como as ideologias.

IV. Dinâmica e Processos (Ações)

Esta categoria visa capturar os termos que descrevem as atividades, ações concretas e as respostas institucionais ou comportamentais. Em análises com dicionários e categorias prévias, esta dimensão se enquadra frequentemente no domínio dos PROCESSOS, que inclui "Ações sócio-emocionais" e "Ações instrumentais". Para além disso, em narrativas e relatos, o "acontecimento" ou a "unidade de ação" pode ser escolhido como unidade de registro pertinente. Analisar a dinâmica e os processos permite inferir as consequências ou efeitos das características das comunicações. Por exemplo, permite a medição de ações específicas, como o controle ou o ataque em contextos sociocomportamentais.

Em conclusão, a justificação para a adoção destas quatro categorias reside no fato de que elas representam os pilares centrais da Análise de Conteúdo de Bardin (Atores/Referentes e Temas/Causas), complementadas pela dimensão de avaliação (Avaliação/Atitudinal) e pela observação do comportamento discursivo e factual (Dinâmica/Ações). Essa articulação multifacetada oferece um sistema categorial robusto e abrangente, capaz de fornecer os indicadores sistemáticos e objetivos necessários para a inferência das ideologias, atitudes e estruturas sociais que motivam a produção dos textos analisados.

5.1 O assassinato de João Alberto Silveira Freitas (2020)

A primeira matéria selecionada para análise, referente ao ano de 2020, aborda o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, conhecido como Beto Freitas, morto por seguranças em uma unidade do Carrefour em Porto Alegre, na véspera do Dia da Consciência Negra. O episódio rapidamente se tornou um dos acontecimentos de maior repercussão nacional daquele ano, não apenas pela brutalidade da violência, mas pelo modo como expôs as tensões raciais historicamente presentes na sociedade brasileira. A circulação intensa do caso nas redes sociais e na imprensa tradicional ampliou o debate sobre racismo estrutural, violência privada em espaços comerciais e a responsabilização institucional de grandes corporações. Nesse contexto, a cobertura jornalística assume papel central: a maneira como veículos distintos enquadraram o fato, deram ou negaram voz a pessoas negras e interpretaram suas causas e consequências revela tanto suas prioridades editoriais quanto suas concepções de cidadania e de reconhecimento racial. Assim, a comparação entre a matéria da Folha de S.Paulo e a matéria “contrapartida” do Alma Preta permite observar como diferentes modelos de jornalismo constroem sentidos sobre o episódio e sobre a população negra brasileira.

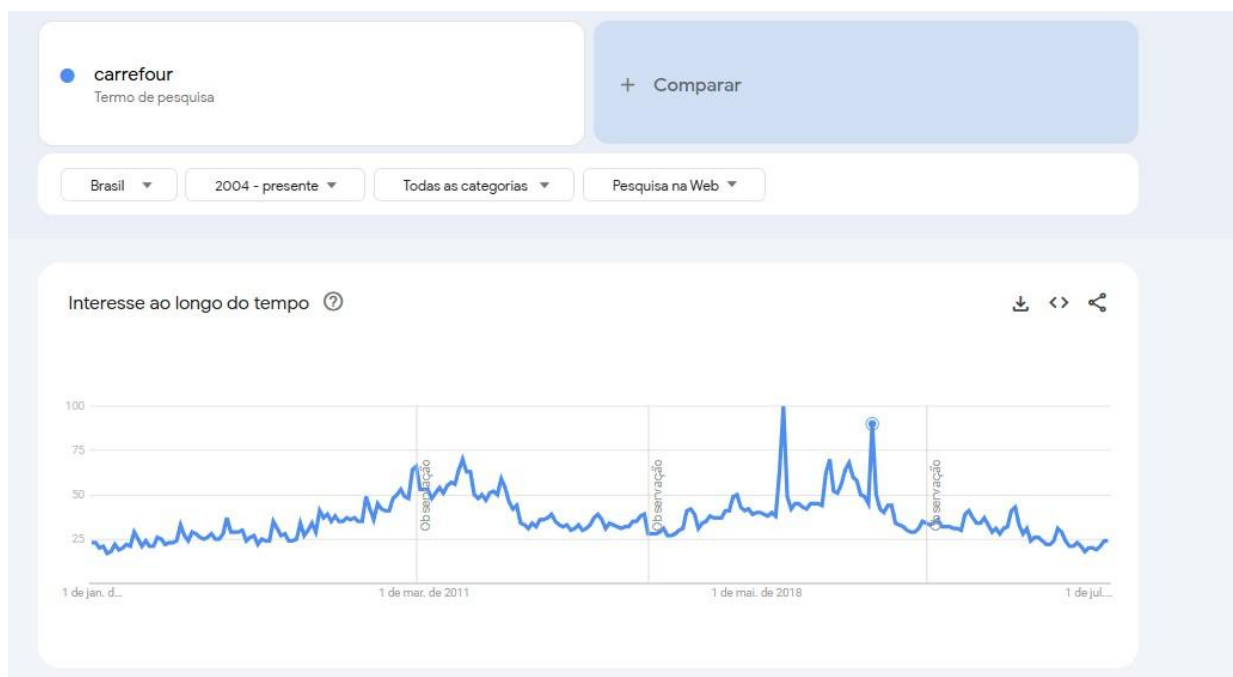


Ilustração 1 - Segundo maior pico de pesquisas do termo “Carrefour” no Google foi no mês da morte de Beto Freitas.

Folha de São Paulo:

Categoria	Frequência (N)
I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)	31
II. Temas Centrais e Causas-Raiz	11
III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)	21
IV. Dinâmica e Processos (Ações)	23

TOTAL	86
--------------	-----------

A reportagem da Folha adota uma abordagem factual e abrangente, utilizando as categorias de Atores e Dinâmica para detalhar a investigação e as consequências institucionais. A extensa lista de Referentes nomeados (agressores, delegados, vice-presidente, familiares, etc.) e a alta frequência de termos na categoria Dinâmica e Processos (como "romper contrato", "demitir os funcionários", "apurar o crime") demonstram o foco jornalístico na sequência de eventos e nas ações de resposta. Embora o racismo seja um tema, a análise atitudinal é intermediada pelas declarações de terceiros (o pai, João Batista, que chamou o caso de "episódio de racismo", e a chefe da Polícia Civil, Nadine Anflor, que reconheceu o "racismo estrutural"). O texto equilibra o choque do evento ("brutal") com o detalhe técnico da investigação (qualificadoras de asfixia, motivo fútil e potencial alteração para motivo torpe).

Alma Preta:

Categoria	Frequência Total (N) de Termos Citados
I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)	16
II. Temas Centrais e Causas-Raiz	9
III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)	11
IV. Dinâmica e Processos (Ações)	15
TOTAL	51

A reportagem “contrapartida” do Alma Preta sobre o assunto é, na verdade, um artigo de opinião; o que por si só gera sentidos e uma forma diferente de discorrer sobre o assunto. Se a Folha de São Paulo estrutura seu texto como uma reportagem, o Alma Preta abre mão da estrutura padrão de: o quê, quem, quando, onde, como e por quê, para dar lugar a um artigo de opinião, ao fazer isso o veículo tira o foco dos envolvidos no acontecimento e retoma seu olhar a discussão dos impactos do racismo na vida do negro brasileiro e da ironia desse fato acontecer as vésperas do Dia da Consciência Negra, não atoa o título do artigo é “No dia da Consciência Negra, a carne mais barata do Carrefour é a negra”. Para além disso, a alta densidade de termos na categoria Avaliação e Julgamento revela um tom assertivo e militante, classificando o crime como "assassinato brutal" e destacando a condição "indefeso" da vítima. A abordagem é explicitamente ideológica, pois o julgamento se estende à instituição: o texto conclui que a empresa "não reconhece que sua política de segurança é racista e desumanizadora". A baixa frequência de Atores institucionais e a ausência de nomes de autoridades policiais indicam que o foco não está na cobertura da investigação, mas sim na causa-raiz, sintetizada na poderosa frase exclusiva: "a carne mais barata do Carrefour é a carne negra", que funciona como o tema central e conclusivo do artigo.

Análise

Com base nos números totais de frequência por categoria, as diferenças de abordagem entre as duas reportagens tornam-se evidentes e impactam diretamente a construção de sentido e perspectiva sobre o assassinato de João Alberto. O Texto da Folha apresenta uma contagem significativamente maior de termos em todas as categorias (Total de 86) comparado ao Texto 2 (Alma Preta, Total de 54), refletindo uma cobertura mais detalhada e extensa. A maior concentração da reportagem da Folha reside na categoria I. Atores, Vítimas e Agentes (31 ocorrências), pois nomeia os agressores, as autoridades (delegada Roberta Bertoldo, chefe Nadine Anflor), familiares (pai e esposa), amigos, e cria uma rede de comparação ao citar casos anteriores e figuras políticas (George Floyd, Bolsonaro, Mourão). Esta abordagem detalhada estabelece uma perspectiva de investigação jornalística abrangente e factual, que situa o evento dentro de um contexto legal, social e político amplo.

Por outro lado, o Texto 2 (Alma Preta), apesar de ser mais conciso, usa o foco temático e avaliativo para criar uma perspectiva de condenação e engajamento sociopolítico. A proporção de termos na categoria II. Temas Centrais e Causas-Raiz (9 ocorrências) e, principalmente, em III. Avaliação e Julgamento (11 ocorrências) em relação ao seu tamanho total é alta, permitindo que o texto vá além do fato criminoso. O texto cria sentido ao utilizar a metáfora central "a carne mais barata do Carrefour é a carne negra" e ao proferir o julgamento de que a política de

segurança da empresa é "racista e desumanizadora". Enquanto a Folha se concentra nos processos de resposta institucional e legal (Categoria IV: 23 ocorrências), o Alma Preta utiliza as ações principalmente para reforçar a ineficácia e a hipocrisia das respostas corporativas, conferindo à sua mensagem uma perspectiva de denúncia ideológica que prioriza a causa racial sobre a mera apuração dos fatos.

5.2 Ataque a estátua de Borba Gato (2021)

A matéria selecionada para análise aborda o incêndio da estátua do bandeirante Borba Gato em Santo Amaro, São Paulo, ocorrido em julho de 2021. O ato, reivindicado pelo grupo Revolução Periférica, rapidamente se tornou um dos acontecimentos de maior repercussão nacional naquele ano, não apenas por ter sido classificado pela polícia como "ato de vandalismo" e um crime de dano contra o bem público, mas por colocar no centro do debate a validade de homenagens a figuras ligadas ao "passado escravagista do país" e ao "genocídio da população indígena". A circulação intensa do caso na imprensa ampliou o debate sobre os símbolos bandeirantes, a escravidão e a validade de monumentos considerados "ofensivos". Assim, a comparação entre a matéria da *Folha de S.Paulo* e a matéria da *Alma Preta* permite observar como diferentes modelos de jornalismo constroem sentidos sobre o episódio e sobre o debate em torno da representatividade histórica no espaço público.

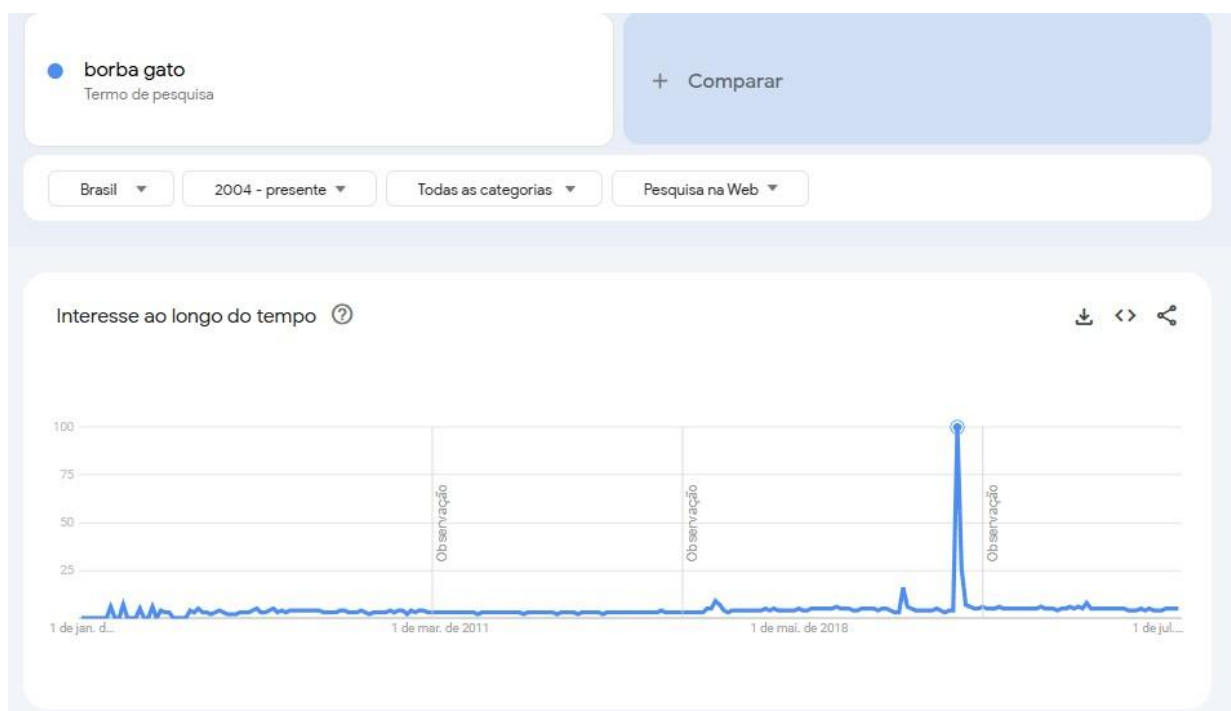


Ilustração 2 - Maior pico de pesquisas do termo “Borba Gato” no Google foi no mês do acontecimento.

Folha de São Paulo:

Categoria	Frequência Total (N) de Termos Citados
I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)	44
II. Temas Centrais e Causas-Raiz	22
III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)	18
IV. Dinâmica e Processos (Ações)	40
TOTAL	124

O Texto da Folha exibe uma cobertura exaustiva, com 124 termos categorizados, o que reflete uma postura de noticiário abrangente e multifocal. A reportagem detalha amplamente os I. Atores, Vítimas e Agentes (44 ocorrências), citando não apenas os responsáveis e a estátua (Borba Gato, Revolução Periférica), mas também as autoridades (Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, bombeiros, Guarda Civil Metropolitana), especialistas (advogado criminalista) e atores sociais (vereadora Luana Alves, pessoas favoráveis e contrárias). O alto número de ocorrências em IV. Dinâmica (40 ocorrências) foca tanto a execução do ato quanto às respostas institucionais (vigiar a estátua, iniciar investigações, controlar as chamadas, tramitação de projeto de lei). A grande diversidade de II. Temas Centrais (22 ocorrências) incorpora aspectos legais (direito penal, crime de dano), históricos (escravidão, ditadura), e estéticos (polêmicas estéticas

Alma Preta:

Categoria	Frequência Total (N) de Termos Citados
I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)	14
II. Temas Centrais e Causas-Raiz	6
III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)	4
IV. Dinâmica e Processos (Ações)	10
TOTAL	34

O Texto do Alma Preta apresenta uma análise concisa e de alta carga ideológica, totalizando 34 termos categorizados. A reportagem alinha o ato do incêndio diretamente aos II. Temas Centrais da "escravização" e do "movimento negro", e o conecta globalmente aos "protestos antirracismo ao redor do mundo". O foco do texto está em justificar a ação como um ato de contestação: os bandeirantes são classificados na categoria III. Avaliação como "ultrapassados e ofensivos", e o monumento é vinculado ao "passado escravagista do país". Embora o grupo Revolução Periférica seja mencionado (I. Atores: 1), a categoria IV. Dinâmica concentra-se principalmente nas ações de "colocaram fogo" e nos gritos dos "manifestantes que gritaram 'Fora Bolsonaro'", priorizando a articulação política e a motivação do ato sobre a descrição da resposta das autoridades.

Análise

A disparidade numérica e o foco de cada categoria alteram a forma como o tema do vandalismo é percebido. O Texto do Alma Preta utiliza a seletividade e a alta carga da categoria III. Avaliação para construir uma narrativa de justificação e militância. O sentido é claro: o incêndio é um protesto legítimo contra um símbolo "ofensivo", e a notícia reforça o alinhamento ideológico com o movimento antirracista. Em contraste, a Folha utiliza a alta frequência das categorias I. Atores e IV. Dinâmica para enquadrar o evento primariamente como

um "ato de vandalismo" e um dilema legal. Ao citar o advogado criminalista (I. Atores) que define o ato como "crime de dano contra o bem público" e que a motivação não "mitigue a gravidade do fato", a Folha cria uma perspectiva de debate balanceado (ou controverso). As escolhas editoriais, portanto, direcionam o leitor do *Alma Preta* à validação do protesto e o leitor da Folha à análise da legalidade e da complexidade histórica, diluindo a força da denúncia ideológica ao equilibrá-la com o detalhe das consequências criminais e institucionais.

5.3 Pedido de cassação do mandato do vereador Renato Freitas (2022)

O contexto central das matérias selecionadas para análise, referentes a 2022, aborda a tentativa de cassação do mandato do vereador Renato Freitas (PT) na Câmara Municipal de Curitiba. O vereador respondia a um processo de quebra de decoro parlamentar por sua participação em uma manifestação que ocorreu na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em fevereiro daquele ano. O processo rapidamente ganhou intensa repercussão devido às acusações de que a cassação era, na verdade, motivada por perseguição política e que o vereador teria sido alvo de injúria racial por parte de um dos membros da Comissão de Ética. A decisão judicial de suspender o julgamento, devido à suspeita de parcialidade e à apuração de um e-mail com ofensas racistas como "Volta para a senzala", expôs as tensões raciais e políticas dentro da Casa Legislativa. Nesse contexto, a cobertura jornalística assume papel central: a maneira como veículos distintos enquadraram o fato, como um "ato político" ou como uma infração grave de conduta, e interpretam suas causas e consequências (se por quebra de decoro ou por questão racial e nulidade procedimental) revela tanto suas prioridades editoriais quanto suas concepções de cidadania e de reconhecimento racial. Assim, a comparação entre a matéria da *Folha de S.Paulo* e a matéria da *Alma Preta* permite observar como diferentes modelos de jornalismo constroem sentidos sobre o episódio e sobre a população negra brasileira.

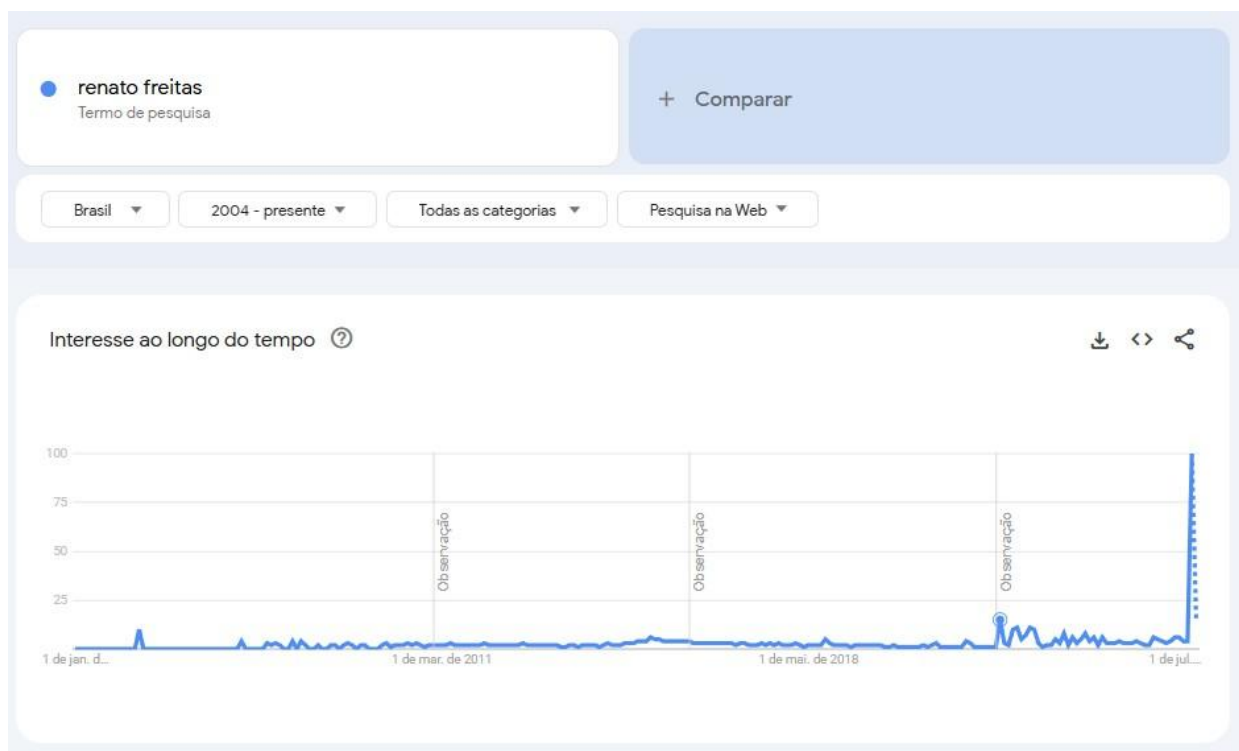


Ilustração 3 - Segundo maior pico de pesquisas do termo “Renato Freitas” no Google foi no mês do acontecimento.

Folha de São Paulo:

Categoria	Frequência Total (N) de Termos Citados
I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)	36
II. Temas Centrais e Causas-Raiz	16
III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)	14
IV. Dinâmica e Processos (Ações)	22
TOTAL	88

O Texto da Folha adota uma cobertura mais extensa e balanceada (Total de 88 termos), detalhando tanto as acusações quanto as defesas de ambos os lados. A distribuição dos termos é a mais equilibrada entre as categorias, com 36 ocorrências em I. Atores (nomeando todos os envolvidos, incluindo a Polícia Civil e a Mitra da Arquidiocese) e 22 ocorrências em IV. Dinâmica (detalhando as ações: invadiu, aponta, nega, apurar, sustenta). A categoria II. Temas Centrais (16 ocorrências) é mais desenvolvida, incorporando o contexto da "quebra de decoro parlamentar" com a "perseguição política" e a "questão racial". Notavelmente, a Folha dedicou espaço para a defesa do relator Sidnei Toaldo, que alega que o e-mail é uma "adulteração grosseira" (III. Avaliação) e que o processo se deve ao fato de Freitas ser negro e "incomodar muita gente" (I. Atores, citando Freitas). A inclusão do parecer da Mitra (que pede punição, mas sugere que se evite a máxima, reconhecendo a causa antirracista como "nobre e legítima") adiciona nuances.

Alma Preta:

Categoria	Frequência Total (N) de Termos Citados
I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)	35
II. Temas Centrais e Causas-Raiz	6
III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)	10
IV. Dinâmica e Processos (Ações)	18
TOTAL	69

O Texto do Alma Preta apresenta uma cobertura concisa (Total de 69 termos) focada em enquadrar o caso como uma vítima de abuso de poder e racismo. A maior concentração do texto está na categoria I. Atores, Vítimas e Agentes (35 ocorrências), não apenas citando Renato Freitas e os vereadores antagonistas (Sidnei Toaldo, Márcio Barros), mas também os membros

da Justiça (juíza Patrícia de Almeida Gomes), o que confere credibilidade às alegações de defesa. No entanto, o texto se aprofunda na categoria III. Avaliação e Julgamento (10 ocorrências) ao reproduzir as ofensas racistas ("Volta para a senzala", "cachaceiro analfabeto", "vagabunda") e ao focar no julgamento da juíza sobre a "parcialidade" (4 ocorrências) e o "absoluto desrespeito" às normativas da Câmara. A frequência da categoria IV. Dinâmica (18 ocorrências) descreve as ações legais que visam anular e suspender o processo, apoiando a tese de que a cassação é ilegítima. A abordagem é, portanto, de denúncia, reforçando o lado do vereador e expondo o ambiente racista e desrespeitoso na Câmara.

Análise:

As escolhas editoriais alteram significativamente a forma como o processo de cassação é percebido. O Texto do Alma Preta utiliza a reprodução direta das ofensas de III. Avaliação e o foco na parcialidade para enquadrar o assunto como um conflito racial e ético em que o vereador negro é a vítima de um ataque institucional motivado por racismo. A inclusão explícita de frases como "Volta para a senzala" (que aparece 4 vezes no Texto do Alma Preta) torna a natureza racial do conflito o tema dominante e emocional. Em contraste, o texto da Folha busca uma perspectiva de controvérsia jornalística e apuração factual. Ao dar voz à negativa de Toaldo de autoria do e-mail e à tese de "adulteração grosseira", a Folha introduz uma dúvida sobre a materialidade da prova racial, deslocando parte do foco da injúria racial (II. Temas) para a nulidade procedimental (III. Avaliação) e a sindicância interna (IV. Dinâmica). Enquanto o Alma Preta constrói um sentido de urgência e denúncia de racismo explícito, a Folha prioriza o debate sobre a legalidade e a guerra de narrativas políticas que cerca a cassação.

5.4 Prorrogação da Lei de Cotas (2023)

A matéria selecionada para a análise referente ao ano de 2023 foi a prorrogação da Lei de Cotas, abordando a aprovação da atualização e prorrogação da Lei de Cotas (PL n. 5384/2020) no Senado, estendendo a validade da política até 2033. O processo ganhou intensa relevância devido às modificações significativas propostas, incluindo a incorporação de quilombolas como beneficiários e a redução do critério de renda familiar por pessoa, passando de um salário mínimo e meio (R\$ 1.980) para um salário (R\$ 1320) para o acesso a metade das vagas reservadas nas instituições federais. Nesse contexto, a cobertura jornalística assume papel central: a maneira como veículos distintos enquadraram o fato, seja priorizando o procedimento legislativo e o endosso governamental (MEC), ou detalhando as provas empíricas de sua eficácia e os debates políticos sobre aperfeiçoamentos e inclusão de outros grupos. Assim, a comparação entre a matéria da Folha de S.Paulo e a matéria da Alma Preta permite observar como diferentes modelos de jornalismo constroem sentidos sobre a luta por reconhecimento

racial e acesso à educação superior no Brasil.

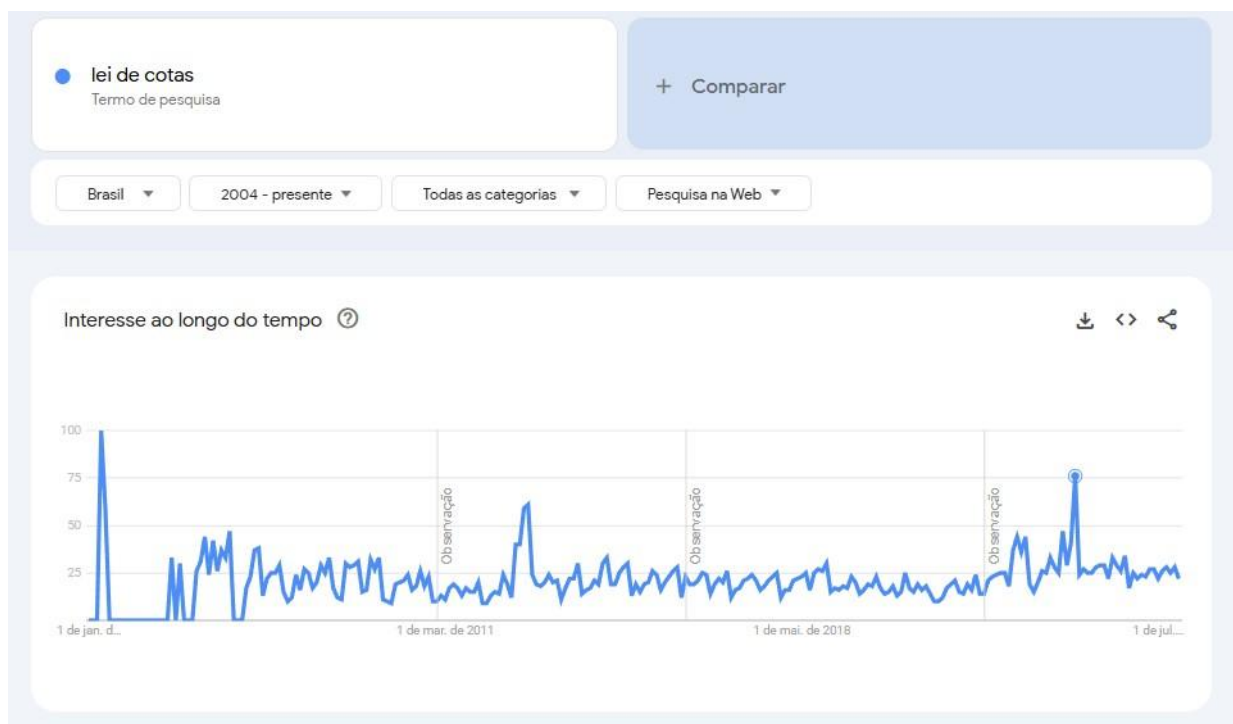


Ilustração 4 - Segundo maior pico de pesquisas do termo “Lei de Cotas” no Google foi no mês do acontecimento.

Folha de São Paulo:

Categoria	Frequência Total (N) de Termos Citados
I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)	22
II. Temas Centrais e Causas-Raiz	13
III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)	6
IV. Dinâmica e Processos (Ações)	29

Total	70
--------------	-----------

O texto da Folha adota uma abordagem factual e abrangente, utilizando as categorias de I. Atores e IV. Dinâmica para detalhar a reforma e justificar a continuidade da política. A extensa lista de Referentes nomeados (legisladores como Maria do Rosário e Paulo Paim, mas também órgãos técnicos como CGU, Ipea e Tesouro Nacional) e a alta frequência de termos na categoria IV. Dinâmica e Processos (29 ocorrências) demonstram o foco jornalístico na sequência de eventos e nas ações de resposta institucional (como a aprovação, a previsão de avaliação e a interlocução com o governo). Embora o debate sobre o tema seja central, a análise atitudinal, contida em III. Avaliação e Julgamento (6 ocorrências), é intermediada pelas evidências de terceiros: o texto cita relatórios que comprovam que a política "não houve impactos negativos no desempenho dos alunos", e que os dados "contrariam os temores" iniciais. O texto equilibra a necessidade de detalhar o processo (revisão de renda e inclusão de quilombolas) com o detalhe técnico da investigação da eficácia (citando dados percentuais de inclusão). Dessa forma, o veículo prioriza as categorias I. Atores e IV. Dinâmica, focando no conteúdo manifesto (fatos, nomes e ações) para oferecer uma visão complexa e tecnicamente justificada da Lei de Cotas, tratando o evento primeiramente como uma política pública de sucesso comprovado que merece ser estendida.

Alma Preta:

Categoria	Frequência Total (N) de Termos Citados
I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)	16
II. Temas Centrais e Causas-Raiz	8
III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)	3
IV. Dinâmica e Processos (Ações)	22

Total	49
--------------	-----------

O Texto do Alma Preta apresenta uma cobertura concisa (total de 49 termos) focada em enquadrar a aprovação e a atualização da Lei de Cotas como um avanço legislativo de natureza inclusiva. A maior concentração do texto está na categoria IV. Dinâmica e Processos (22 ocorrências), descrevendo as ações legislativas como a "aprovação", "revisão", "ampliação" do sistema de cotas e o fato de o texto "seguir para a sanção" presidencial. A categoria I. Atores, Vítimas e Agentes (16 ocorrências) enfatiza tanto as instituições (Senado, Câmara, MEC) quanto os grupos beneficiários que sofrerão as ações positivas (quilombolas, negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes provenientes de escolas públicas). No entanto, o texto se aprofunda, de maneira limitada, na categoria III. Avaliação e Julgamento (3 ocorrências) ao reproduzir o endosso oficial do Ministério da Educação (MEC) à política, destacando a "importância histórica" e a medida como "mais inclusiva", além de mencionar "modificações significativas". A abordagem é, portanto, de reforço institucional e informativo, enfatizando o sucesso da tramitação e a expansão da política pública, ao passo que as escolhas de termos na Dinâmica apoiam a tese de que a lei está sendo efetivamente atualizada e consolidada.

Análise:

A diferença na densidade e distribuição categorial dos termos entre os dois veículos evidencia estratégias discursivas contrastantes na cobertura de um mesmo evento. O Texto do Alma Preta utiliza a dominância da categoria Dinâmica e Processos (22 ocorrências) para focar na conclusão do rito legislativo e no anúncio dos novos beneficiários (quilombolas). Sua baixa frequência em Avaliação e Julgamento (3 ocorrências) aponta para uma condução que visa a ratificação institucional da lei, sendo a narrativa puramente informativa sobre o resultado alcançado. Em nítido contraste, o Texto da Folha utiliza a alta frequência nas categorias Dinâmica (29 ocorrências) e Atores (22 ocorrências), não apenas para descrever o procedimento, mas também para enquadrar o processo como tecnicamente justificado e politicamente debatido. A Folha ancora sua Avaliação e Julgamento (6 ocorrências) diretamente em evidências externas (relatórios da CGU, Ipea), utilizando termos como "não prejudicou a qualidade" e "dados contrariam os temores". Desse modo, o Alma Preta conduz o leitor à aceitação do fato consumado pelo Executivo/Legislativo, enquanto a Folha conduz o leitor à compreensão da eficácia empírica e da complexidade do debate técnico e político subjacente à política de ação afirmativa.

5.5 População das favelas brasileiras é majoritariamente negra (2024)

A notícia escolhida para análise, referente ao ano de 2024, examina a divulgação de parte dos resultados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE. O dado em questão estabeleceu que uma parcela majoritária e crescente (73%) das pessoas que residem em favelas no Brasil é composta por indivíduos que se autodeclaram pretos ou pardos. Esse número rapidamente ganhou proeminência por confirmar a predominância da população negra em áreas de alta vulnerabilidade e por refletir uma mudança significativa na composição racial dessas localidades, subindo de 68,4% em 2010 para o patamar atual. A divulgação do dado em questão reacendeu o debate sobre as disparidades socioeconômicas e a segregação espacial, fatores que historicamente direcionam majoritariamente a população negra para os chamados "aglomerados subnormais". Neste cenário, a análise da informação por diferentes veículos de comunicação é fundamental: a forma como a mídia opta por enquadrar o dado, seja ao destacar as faixas etárias mais jovens (com ênfase em indivíduos de 20 a 24 anos), a variável de gênero (com mulheres negras sendo maioria) ou a distribuição regional do fenômeno (listando estados como Amazonas e Amapá), revela as prioridades de cada linha editorial. Deste modo, a comparação das reportagens de Alma Preta e Folha de São Paulo permite discernir como distintas abordagens noticiosas constroem significados e interpretações diversas a partir de um único dado estatístico oficial.

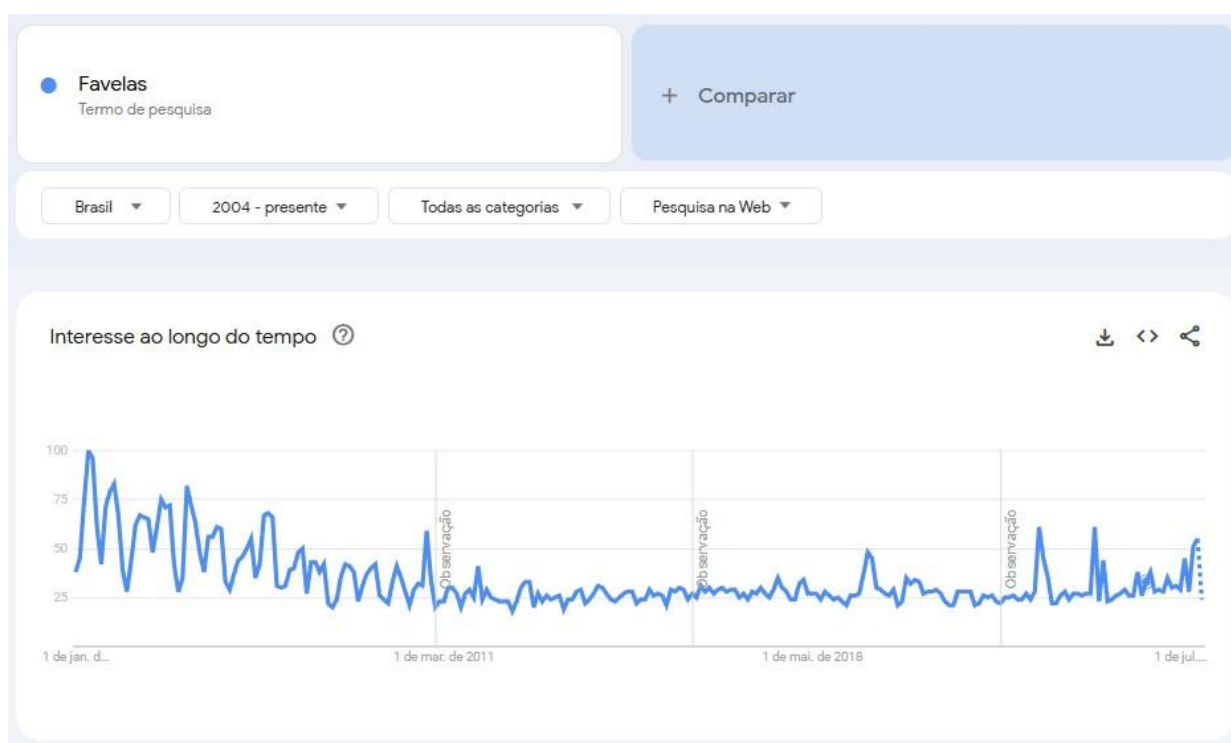


Ilustração 5 - Houve uma crescente no número de pesquisas após a data de publicação das reportagens.

Folha de São Paulo:

Categorias	Número total de termos
I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)	15
II. Temas Centrais e Causas-Raiz	13
III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)	10
IV. Dinâmica e Processos (Ações)	16
Total	54

A reportagem da Folha direciona sua análise a uma fragmentação demográfica mais específica e minuciosa, com um foco na juventude e no gênero. O veículo foca na categoria I. Atores, Vítimas e Agentes (15 termos), segmentando a população em "Mulheres e homens negros de 20 a 24 anos", "jovens", "crianças" e "adultos". O alto número de termos em IV. Dinâmica e Processos (16 termos) está centralizado em ações de comparação e detalhamento estatístico ("analisou", "comparando", "somando"). A escolha editorial influencia a interpretação ao destacar imediatamente que "Pessoas negras e jovens são a população predominante", detalhando que "Mulheres e homens negros de 20 a 24 anos formam o grupo majoritário". Adicionalmente, o texto faz uma ressalva metodológica importante, classificando as áreas como "concentrações urbanas vulneráveis" e, na categoria III. Avaliação e Julgamento (10 termos), introduz a cautela de que "Não é possível, entretanto, comparar diretamente 2010 com 2022 porque os setores censitários... foram alterados". Essa particularidade editorial orienta o público para uma compreensão mais técnica e segmentada dos dados, dando destaque à

composição etária e de gênero da população negra em vez de focar apenas na proporção geral e na análise regional.

Alma Preta:

Categorias	Número total de termos
I. Atores, Vítimas e Agentes (Referentes)	11
II. Temas Centrais e Causas-Raiz	24
III. Avaliação e Julgamento (Atitudinal)	8
IV. Dinâmica e Processos (Ações)	13
Total	56

O Texto do Alma Preta, com um total de 56 termos categorizados, apresenta uma análise mais abrangente, focando na contextualização histórica e regional do aumento da população negra em favelas, priorizando a informação de que 73% da população é negra. A categoria II. Temas Centrais e Causas-Raiz é a mais densa (24 termos), demonstrando um foco editorial em mapear o fenômeno geograficamente (citando Amazonas, Amapá, Pará, Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo), e conceituá-lo através de termos técnicos ("aglomerados subnormais", "terminologia") e sociais ("enegrecimento"). O texto utiliza a categoria IV. Dinâmica e Processos (13 termos) para enfatizar a mudança temporal e o crescimento ("aumentou de 2010 para 2022", "passou a ser 8%"). A escolha de incluir uma análise detalhada sobre o índice de envelhecimento, um tema secundário à raça, expande a interpretação do leitor para além da questão racial, adicionando uma camada de análise demográfica (contrastando idosos e crianças). A abordagem, portanto, é a de estabelecer a magnitude nacional da mudança racial e demográfica.

Análise:

Ao analisar os dados fornecidos pela análise de conteúdo é possível observar como as escolhas editoriais e de termos determinam o enfoque narrativo e a subsequente percepção do leitor sobre o dado estatístico fundamental de que 73% da população em favelas é negra. O Texto do Alma Preta, com sua maior concentração na categoria II. Temas Centrais e Causas-Raiz (24 termos), direciona o foco para a amplitude geográfica e a evolução temporal do enegrecimento, utilizando termos como "aglomerados subnormais" e "enegrecimento". Essa abordagem prioriza a tendência macro e a contextualização estrutural do fenômeno, além de introduzir uma análise secundária (o envelhecimento), fornecendo ao leitor uma visão sobre a magnitude e a composição demográfica geral. Em contrapartida, a matéria da Folha evidencia a desagregação do dado, distribuindo o peso entre I. Atores, Vítimas e Agentes (15 termos) e IV. Dinâmica e Processos (16 termos). Essa escolha editorial enfatiza imediatamente a composição específica da população: "pessoas negras e jovens", detalhando grupos como "Mulheres e homens negros de 20 a 24 anos" e "Mulheres negras são maioria frente a homens negros" através de ações de análise e comparação. Enquanto o Alma Preta constrói a narrativa em torno do "o que aconteceu" (crescimento e mudança regional), a Folha se concentra no "quem é" e no "como se compara", oferecendo ao leitor uma percepção mais detalhada e segmentada da juventude e do gênero, e inserindo uma ressalva metodológica sobre a comparação entre Censos, elementos que moldam a compreensão da complexidade técnica do tema.

Considerações Finais

O presente estudo utilizou a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin para ir além da mera descrição do conteúdo manifesto das comunicações, aplicando procedimentos sistemáticos e objetivos que visam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens. A aplicação das quatro categorias (Atores, Temas, Avaliação e Dinâmica) permitiu revelar a correspondência entre as estruturas semânticas do texto e as estruturas psicológicas ou sociológicas subjacentes, como ideologias e atitudes. A síntese dos resultados obtidos em diversas situações críticas, contrastando a cobertura da *Folha de S.Paulo* com o *Alma Preta*, revela que a representação do indivíduo negro na mídia brasileira está invariavelmente enquadrada em contextos de violência estrutural, contestação política e disparidade socioeconômica.

A análise categorial demonstrou que o negro é apresentado majoritariamente através de um binômio de papéis. Em primeiro lugar, ele é a vítima passiva e indefesa da violência racial, evidenciado em episódios como o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, onde a narrativa ressalta a "brutalidade" do espancamento e a condição de alvo de homicídios pela cor da pele.

Em segundo lugar, o negro surge como um agente ativo de contestação e atuação política, como no caso da tentativa de cassação de Renato Freitas e do protesto contra a estátua de Borba Gato, onde a ação é enquadrada como um "ato político" ou "protesto antirracista". As situações que geram a representação mais densa, portanto, gravitam em torno da violência racial (morte de Beto Freitas), do conflito simbólico e institucional (Borba Gato e a cassação de Freitas) e da disparidade socioeconômica (a maioria de 73% de negros nas favelas).

Os papéis atribuídos ao negro são, portanto, determinados pela situação social de origem da mensagem, variando entre ser a "carne mais barata" do sistema de segurança corporativo, um político "incomodando" o status quo, ou o beneficiário e objeto de estudo das políticas de reparação (quilombolas e estudantes de cotas). O tema recorrente que unifica essas situações é o racismo estrutural, que opera como a causa-raiz inferida, determinando tanto a violência extrema quanto a segregação espacial em "aglomerados subnormais". Este racismo é capturado pela densidade da categoria III. Avaliação e Julgamento em veículos como o *Alma Preta*, que usa termos de juízo de valor com direção e intensidade claras para denunciar a "política de segurança racista e desumanizadora". A reprodução de ofensas como "Volta para a senzala" no debate político funciona como um indicador explícito da natureza racial do conflito.

As diferenças editoriais se refletem diretamente na escolha dos indicadores utilizados na análise. A *Folha de S.Paulo* adota uma abordagem que prioriza a descrição objetiva, sistemática e quantitativa, concentrando-se na alta frequência das categorias I. Atores e IV. Dinâmica (Ações) para mapear a rede de autoridades, as respostas institucionais e a apuração legal do crime, situando o evento dentro de um debate de controvérsia e legalidade (ex: crime de dano, adulteração grosseira de e-mail). Em contrapartida, a *Alma Preta* utiliza a seletividade e a alta carga temática e avaliativa para construir uma narrativa de engajamento sociopolítico, visando a inferência imediata sobre a ideologia subjacente. Por exemplo, ao cobrir a Lei de Cotas, a *Folha* ancora sua avaliação positiva em relatórios técnicos externos ("não prejudicou a qualidade", "dados contrariam os temores"), enquanto a *Alma Preta* foca na ratificação institucional e na inclusão dos quilombolas, validando o resultado alcançado.

Em última análise, a aplicação rigorosa da Análise de Conteúdo permitiu que o estudo realizasse uma análise controlada, baseada na inferência, ultrapassando a mera descrição objetiva do conteúdo manifesto para alcançar as estruturas sociológicas e ideológicas latentes. As quatro categorias de análise: Atores, Temas, Avaliação e Dinâmica, funcionaram como indicadores sistemáticos do processo de produção das mensagens, revelando que a representação do indivíduo negro na mídia é inescapavelmente polarizada entre a vítima de violência (em situações de homicídio e vulnerabilidade) e o agente político (em atos de

contestação e luta por direitos). A distinção nas escolhas editoriais, seja priorizando a densidade de Referentes e Dinâmica (abordagem factual e de controvérsia) ou a alta carga de Avaliação e Julgamento (denúncia ideológica), demonstra como a imprensa, ao manipular os indicadores textuais, constrói e consolida a percepção social da desigualdade. Conclui-se, portanto, que o discurso midiático analisado, ao associar consistentemente a presença negra a contextos de violência, segregação e necessidade de políticas afirmativas, atesta a persistência da ideologia de desigualdade racial na base das condições de produção das mensagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. 3. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. p. 126. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7021656/mod_resource/content/1/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1970. Disponível em: https://www.academia.edu/14627487/Aparelhos_ideológicos_de_estado_Althusser_Louis. Acesso em: 12 nov. 2024.

ANTONIO, Vitor. Jovens negros são população predominante nas favelas, mostra censo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/11/jovens-negros-sao-populacao-predominante-nas-favelas-mostra-censo.shtml>. Acesso em: [18/10/2025].

Aristóteles. *Política*. São Paulo: Edipro, 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/772734293/BARDIN-Laurence-Ana-lise-de-conteu-do-4-ed-2016>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 mai 2025.

BOBBIO, NORBERTO. *A era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172905/a_era_dos_direitos.pdf

BORGES, Pedro; NASCIMENTO, Nadine. Manifestantes colocam fogo em estátua de Borba Gato. *Alma Preta*, 24 jul. 2021. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/manifestantes-colocam-fogo-em-estatua-de-borba-gato/>. Acesso em: [26/10/2025].

BLOCH, Marc Leopold Benjaminz. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0ByG6BZcihTFabkdyQ1hjNWZQYXM/view?resourcekey=0-hcqlwM9P4BmKa_J6PxNz4A

BUCCI, Eugênio. A imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009

CAMARGO, Cristina; SPERB, Paula. Homem negro morre após ser espancado por seguranças do Carrefour em Porto Alegre. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 nov. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/homem-negro-morre-apos-ser-espancado-por-seguranças-do-carrefour-em-porto-alegre.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em: [29/09/2025].

CAMARGO, Roberta; GUIMARÃES, Juca; SIMÕES, Nataly. No dia da consciência negra, a carne mais barata do Carrefour é a negra. *Alma Preta*, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/no-dia-da-consciencia-negra-a-carne-mais-barata-do-carrefour-e-a-negra/>. Acesso em: [29/09/2025].

CAPELATO, Maria Helena. Sociedade e Política na Roma Antiga. [S. l.]: Atual, 2021.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALCANTE, Barbara. Prorrogação da lei de cotas por 10 anos é aprovada no Senado com inclusão de quilombolas. *Alma Preta*, 26 out. 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/politica/prorrogacao-da-lei-de-cotas-por-10-anos-e-aprovada-no-senado-com-inclusao-de-quilombolas/>. Acesso em: [12/11/2025].

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo:: a violência do racismo. Boletim Online, [s. l.], 1983. Disponível em: https://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/dacoraocorpo_jurandirfreire.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

DAMASCENO, Victoria; VERPA, Danilo. Estátua do bandeirante Borba Gato é incendiada em São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/estatua-do-bandeirante-borba-gato-e-incendiada-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: [17/10/2025].

DA ROCHA, Aline Matos. A EXCLUSÃO INTELECTUAL DO PENSAMENTO NEGRO. Pólemos, Brasília, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/download/62253294/aline_matos_da_rocha_-_a_exclusao_intelectual_do_pensamento_negro20200302-101855-9lewqc.pdf. Acesso em: 22 mar.

2025.

DE COULANGES, FUSTEL. *A Cidade Antiga*. Le Livros, 2006. Disponível em: <https://latim.paginas.ufsc.br/files/2012/06/A-Cidade-Antiga-Fustel-de-Coulanges.pdf>

DUARTE, J.; BARROS, A. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2012.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7590386/mod_resource/content/1/Evaristo%202017.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. Harlow: Pearson Education, 1992. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49551220_Language_and_Power. Acesso em: 8 nov. 2024.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008

FERREIRA DA LUZ, Thaize. *A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA QUEDA DE UM PRESIDENTE*. Biblos, [s. l.], 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277254611_A_influencia_da_midia_na_queda_de_um_Presidente. Acesso em: 29 mar. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. Conheça o Grupo Folha. Folha de São Paulo, [s. l.], 20--?. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1971. Disponível em: https://ia601902.us.archive.org/27/items/foucault-michel-ditos-escritos-v-etica-sexualidade-e-politica/FOUCAULT%2C%20Michel%20-%20A%20Ordem%20do%20Discurso_text.pdf. Acesso em: 13 nov. 2024.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 41, 134.

GONZALES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. Disponível em:

https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

LUC, Mauren. Justiça suspende sessão sobre cassação de vereador de Curitiba. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 maio 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/justica-suspende-sessao-sobre-cassacao-de-vereador-de-curitiba.shtml>. Acesso em: [07/10/2025].

MARSARO DOS SANTOS, Fernanda. ANÁLISE DE CONTEÚDO:: A VISÃO DE LAURENCE BARDIN. *Revista Eletrônica de Educação*, Brasília, v. 6, ed. n. 1, 2012. Acesso em: 22 mar. 2025.

MARSHALL, T. H.. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Disponível em: <https://idoc.pub/documents/marshall-t-h-cidadania-classe-social-e-statuspdf-pnxkqmpz4v>

MOURA, Clóvis. *Brasil: Raízes do Protesto Negro*. São Paulo: Global Editora, 1983.

PORLETA, Poema *et al.* Raça, gênero e imprensa:: quem escreve nos principais jornais do Brasil. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/05/TD-Raca-e-Midia.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

RIBEIRO DE ALBUQUERQUE, Wlamyra *et al.* *Uma história do negro no Brasil*. Bahia, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Mezuk/Downloads/ju11-notas---uma-hista3ria-do-negro-no-brasil.docx-AoPqKnBeMliMLZoE.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.

RUSSEL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957. Disponível em: <https://archive.org/details/colecao-bibliotheca-do-espirito-moderno-bertrand-russell-historia-da-filosofia-o/page/n1/mode/2up>

SÁ, José Carlos Vasconcelos e. Muniz Sodré. 2002. *Antropológica do Espelho: Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, [S. l.], v. 3, n. 4, 2003. Disponível em: <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/76>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SABINO, Débora. CCJ aprova projeto que inclui quilombolas na lei de cotas e prorroga benefício até 2033. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 out. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/10/ccj-aprova-projeto-que-inclui-quilombolas-na-lei-de-cotas-e-prorroga-beneficio-ate-2033.shtml>. Acesso em: [14/11/2025].

SANTOS, Milton *et al.* O Preconceito. São Paulo: IMESP, 1996 ou 1997, p. 133. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/686846432/As-Cidadanias-Mutiladas-Milton-Santos>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SILVA, Camila Rodrigues da. IBGE: 73% da população das favelas no Brasil é negra. *Alma Preta*, 8 nov. 2024. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/ibge-73-da-populacao-das-favelas-no-brasil-e-negra/>. Acesso em: [20/10/2025].

SILVEIRA, M. C. As marcas do preconceito no jornalismo brasileiro e a história do Paraguay Ilustrado. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. Pág. 41, 2007. DOI: 10.1590/rbcc.v30i2.98. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/98>. Acesso em: 31 mar. 2025.

VAN DIJK, Teun A. *Discourse and manipulation*. London: Sage Publications, 2006. p. 22. Disponível em: https://www.academia.edu/100900612/Discourse_and_manipulation. Acesso em: 7 nov. 2024

VOLTA para a senzala: suspeita de injúria racial suspende sessão que julgaria Renato Freitas. Autor: Sem autor. *Alma Preta*, 19 maio 2022. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/politica/volta-para-a-senzala-suspeita-de-injuria-racial-suspende-sessao-que-julgaria-renato-freitas/>. Acesso em: [10/10/2025].